

Curitiba, 21 de junho de 2018.

## **ANÁLISE DO REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL (RTA) DA COPEL**

**Tarifas de energia elétrica terão reajuste médio de 15,99%**  
**Impacto sobre a inflação poderá chegar a 0,55%**

### **1. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL (RTA)**

O Reajuste Tarifário Anual é realizado anualmente, a cada aniversário da assinatura do contrato de concessão. Nessa oportunidade são repassadas para as tarifas as modificações constatadas nos custos não gerenciáveis e são atualizados monetariamente os custos gerenciáveis.

Na última segunda-feira (19/06) a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) autorizou o aumento médio de 15,99% nas tarifas de energia elétrica da Copel a partir do dia 24/06, para os consumidores de baixa tensão o aumento médio será de 15,13%, já para os consumidores da alta tensão a elevação será de 17,55%. Para os consumidores residenciais – B1, o aumento será de 15,06%. Este reajuste significativo foi influenciado principalmente pelo aumento expressivo dos custos não gerenciáveis, entre eles o custo da aquisição de energia, que foi influenciado pelos baixos níveis dos reservatórios e também pelo acionamento das usinas termoeletricas.

Importante destacar que no período de junho de 2017 a maio de 2018 o IPCA está acumulado em 2,86%, ou seja, considerando o reajuste de 15,06% a ser aplicado nas tarifas residenciais, o aumento real para os consumidores será de 11,86%.

### **2. IMPACTO SOBRE A INFLAÇÃO**

No período recente os índices de inflação na região de Curitiba têm apresentado variações acima da média nacional, nos últimos doze meses terminados em maio de 2018, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) nacional está acumulado 2,86%, enquanto que o índice em Curitiba foi de 2,99%, a terceira maior elevação, atrás apenas de São Paulo (3,31%) e de Porto Alegre (3,20%). Portanto, o aumento do custo de vida na capital paranaense está acima do verificado em outras localidades, impactando diretamente para a redução significativa do poder aquisitivo dos trabalhadores paranaenses. Observamos que a política tarifária adotada pelo governo estadual em

suas empresas estatais desde 2011, tem contribuído diretamente para o aumento da inflação, recentemente (maio/2018) as tarifas de água e esgoto da Sanepar sofreram aumento médio de 5,12%, além da reestruturação tarifária ocorrido em jun/2017, que reduziu a franquia de consumo de 10m<sup>3</sup> para 5m<sup>3</sup>, penalizando principalmente as famílias mais pobres, sendo que no período de 2011 até o último reajuste, já acumulam um aumento de mais de 140%!

O aumento das tarifas de energia elétrica de 15,06% para os consumidores residenciais, terá impacto expressivo sobre a inflação na capital paranaense, contribuindo desta forma, para a manutenção da inflação em Curitiba ser maior do que a média nacional. Além disso, nota-se que os aumentos tanto das tarifas de água e esgoto quanto da energia elétrica, estão muito acima de qualquer índice inflacionário, e também não são condizentes com os aumentos conquistados pelos trabalhadores nas negociações salariais.

Considerando o peso relativo que o item **energia elétrica residencial** possui no IPCA regional de Curitiba (3,6640%), o reajuste tarifário de 15,06% impactará em cerca **0,55%** no índice de inflação. Como o aumento passará a vigorar a partir do dia 24/06, os impactos deverão ser sentidos principalmente na inflação de julho. Além dos impactos diretos, os paranaenses também sofrerão com os impactos indiretos, já que os setores empresariais possivelmente tentarão repassar para os preços de seus produtos e serviços o reajuste tarifário, que no caso dos consumidores de alta tensão podem chegar a quase 18%. No entanto, não podemos deixar de considerar que parte do segmento empresarial, possui geração própria de energia ou até mesmo está atendido pelo mercado livre, deste modo, os repasses para os consumidores não deveriam ser tão expressivos.

### 3. CONCLUSÃO

A população paranaense observa na Copel somente uma empresa que tem obtido resultados econômicos financeiros expressivos nos últimos anos, com crescimento expressivo da receita e a manutenção de lucros bilionários. Porém, os números extremamente positivos não se refletem em uma tarifa mais justa para os usuários, muito pelo contrário, a cada ano os aumentos verificados oneram ainda mais o bolso dos trabalhadores, principalmente aqueles mais pobres, contribuindo para a queda do seu poder aquisitivo, ainda mais em um cenário econômico caracterizado por uma recessão, aumento do desemprego e queda da renda dos trabalhadores.

A Copel como uma empresa estatal, assim como a Sanepar, que possuem também funções sociais, deveriam priorizar em suas políticas tarifárias a busca pela modicidade tarifária para os consumidores paranaenses, conforme preconizam não somente as agências reguladoras, mas as próprias legislações setoriais. Ou seja, poderiam atuar como mitigadoras dos efeitos adversos da

recessão econômica e não potencializando a redução do poder aquisitivo dos trabalhadores, sem falar que o maior comprometimento dos salários dos trabalhadores com as tarifas públicas, contribuindo para redução da renda disponível, e conseqüentemente para diminuição do consumo, afetando o nível de atividade econômica no estado.

No período de 2011 a 2017, mesmo com os aumentos expressivos das tarifas de energia elétrica da Copel muito acima da inflação, os salários dos trabalhadores da estatal não cresceram na mesma proporção, pelo contrário, somente em duas negociações coletivas os trabalhadores conquistaram Acordos Coletivos de Trabalho (ACT's), que resultaram em ganhos reais.

A manutenção do lucro bilionários da empresa, favorecido pelos expressivos aumentos tarifários dos últimos anos, tem beneficiado principalmente os seus acionistas, em detrimento dos consumidores e dos trabalhadores. Situação que foi potencializada pela alteração na regra de distribuição de dividendos do lucro líquido, que até o ano de 2010 o percentual era de 25% (mínimo legal), já passando para 35% em 2011 e 50% em 2013. Entre 2011 e 2017 foram distribuídos em dividendos para os acionistas da Copel a cifra de R\$ 3 bilhões. Lembrando que **nenhuma** das ações preferencias da companhia estão em poder do Estado, mas está concentrada no mercado financeiro (78,7%), sendo 52,7% na Bovespa (B3) e 25,8% na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE); e apenas uma parcela está sob o controle do BNDESPar (21,3%).